



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2.024
PROCESSO Nº 023/2.024

1 - DO PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura Municipal de Santa Albertina, localizada na Rua Armino Pilhalarmi, nº 1121, Centro, município de Santa Albertina, Estado de São Paulo, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta a presente licitação, conforme Processo nº 023/2.024, Pregão Eletrônico nº 006/2.024, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, no modo de disputa **ABERTO**, que objetiva a Prestação de Serviços de profissional (Palestrante e Oficineiros) para trabalhar temas da Assistência Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV e PAIF Conforme Termo de Referência (Anexo I) deste Edital, que será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações contidas na Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, Lei Municipal nº Lei nº 1.355, de 25 de janeiro de 2.024.

1.2. INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h00min do dia 30/04/2024.

1.3. LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h30min do dia 30/04/2024.

1.4. INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: às 09h00min do dia 30/04/2024.

1.5. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília/DF.

1.6. LOCAL: Na plataforma eletrônica no site:
<http://131.100.126.3:5657/comprasEdital>

2. DO OBJETO

2.1. O presente procedimento licitatório objetiva a Prestação de Serviços de profissional (Palestrante e Oficineiros) para trabalhar temas da Assistência Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV e PAIF Conforme Termo de Referência (Anexo I).

2.2. Além do estabelecido pelo Termo de Referência (Anexo I), o objeto ofertado pelo licitante deverá atender os padrões usuais de qualidade.



3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas da presente aquisição serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

02 – EXECUTIVO

02 28 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02 28 10 – SETOR ORGÃO GESTOR/CRAS/FMAS

08 244 0002 2024 0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSIST. SOCIAL

3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

FICHAS: 472, 474.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. O presente procedimento licitatório será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da plataforma eletrônica no site: <http://131.100.126.3:5657/comprasEdital>.

4.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santa Albertina/SP, tendo por base a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a plataforma eletrônica no site: <http://131.100.126.3:5657/comprasEdital>.

4.3. O participante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas, na plataforma eletrônica no site: <http://131.100.126.3:5657/comprasEdital>, para o recebimento das propostas.

4.4. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste processo licitatório deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

4.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Santa Albertina /SP



responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. Os interessados deverão credenciar seus representantes para fins de formulação de lances de preços e demais atos/operações no sistema.

4.7. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.8. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.9. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.10. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá declarar, ainda, de forma expressa, no sistema eletrônico, a sua condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Equiparada, se for o caso, sem se identificar.

4.13. A Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou equiparada, além da apresentação da declaração, para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME e/ou EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade do desempate (arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006).

5. DA PROPOSTA

5.1. A licitante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.



5.2. A licitante deverá consignar no sistema eletrônico, de forma expressa, os valores unitário e global da proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5. Ao contar da data de apresentação por meio plataforma eletrônica no site: <http://131.100.126.3:5657/comprasEdital>, as propostas terão validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO

6.1. A abertura da sessão pública deste procedimento licitatório, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, por meio plataforma eletrônica no site: <http://131.100.126.3:5657/comprasEdital>.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregoeiro, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

7.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor por item.

7.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.



7.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.4. Cada participante deverá observar o intervalo mínimo de **1% (um por cento)** de diferença entre seus próprios lances, sob pena de serem desconsiderados automaticamente pela plataforma eletrônica no site: <http://131.100.126.3:5657/comprasEdital>.

7.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.8. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.9. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa sendo reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.10. Será adotado, para o envio de lances neste procedimento licitatório, o modo de **disputa aberto**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

7.10.1. A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração desta etapa.

7.10.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será automaticamente encerrada e o sistema ordenará e divulgará os lances.

7.12. Encerrada a fase competitiva e definida a melhor proposta, se a diferença entre esta e a proposta classificada em 2º (segundo) lugar for menor que 5% (cinco por cento),



o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos deste Edital, para a definição das demais colocações.

8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, e houver proposta de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, a mesma terá o direito previsto na lei 123/2006.

8.1.1. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

8.1.2. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

9. DA ACEITABILIDADE

9.1. O participante melhor classificado deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida, em arquivo único, **no prazo de 02 (duas) horas**, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção "Enviar Anexo" na plataforma eletrônica no site: <http://131.100.126.3:5657/comprasEdital>;

9.2. A proposta de preço deverá conter, ainda, os seguintes documentos:

9.2.1. As especificações detalhadas do objeto ofertado e indicação dos preços unitários e total para a quantidade estimada, incluindo todos os tributos, tarifas, frete e demais encargos;

9.3. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

9.3.1. Será desclassificada a propostas que:

9.3.1.1. Contiver vícios insanáveis;

9.3.1.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;

9.3.1.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;



9.3.1.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Pregoeiro;

9.3.1.4.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

9.3.1.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

10.2. O participante vencedor deverá anexar por meio da plataforma eletrônica no site: <http://131.100.126.3:5657/comprasEdital>, no **prazo máximo de 02 (duas) horas**, a contar do pedido do Pregoeiro, os documentos abaixo discriminados:

10.8. Da habilitação jurídica:

10.8.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

10.8.2. No caso de MEI, deverá ser apresentado o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) e cópia de documento oficial com foto do microempreendedor.

10.8.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;

10.8.4. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

10.8.5. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

10.8.6. Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.8.7. Cédula de Registro Geral – RG e de Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do(s) proprietário(s) e sócio(s);

10.9. Da habilitação fiscal e trabalhista:

10.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda(CNPJ);



10.9.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;

10.9.3. Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo da Fazenda Municipal na qual encontra-se a empresa licitante(mobiliário);

10.9.4. Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo de Débito Fiscal Estadual-CND, expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário;

10.9.5. Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo de Débito Tributários da Dívida Ativa do Estado de Competência da Procuradoria Geral do Estado – PGE do respectivo domicílio tributário;

Observação: em alguns Estados, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante, as certidões mencionadas nos 2 (dois) últimos subitens são emitidas de forma consolidada.

10.9.6. Certidão negativa de débitos ou Positiva com Efeito Negativo de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive o INSS;

10.9.7. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;

10.9.8. Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos com Efeito Negativo; emitida por meio eletrônico pelo Tribunal Superior do Trabalho.

10.10. Da qualificação econômico-financeira:

10.10.1. Certidão negativa de falência ou concordada/recuperações, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, a qual tenha sido expedida em prazo igual ou inferior a 90 (noventa) dias, em relação à data de recebimento da documentação e proposta, estabelecida no preâmbulo deste Edital.

10.11. Outros documentos:

10.11.1. DECLARAÇÃO UNIFICADA da Licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, estando ciente e concordando com as determinações deste Edital de Pregão Eletrônico, e dando **pleno atendimento aos requisitos de habilitação**, assegurando a **inexistência de impedimento legal** para licitar ou contratar



com a Administração, assegurando a **inexistência de fatos supervenientes impeditivos, à habilitação** e de que se encontra em **situação regular perante o Ministério do Trabalho**, nos termos do disposto no Inc. XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, conforme **Anexo III**, deste Edital.

10.11.2. DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, conforme **Anexo**, deste Edital **(quando for o caso)**;

10.11.3. Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento/serviços da mesma espécie do constante neste edital.

11. DO RECURSO

11.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

11.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de encerramento da sessão do pregão.

11.3. As demais licitantes ficarão intimadas para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da interposição das razões do recurso.

11.4. Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação e homologação deste Pregão competem à autoridade competente.

12.2. O(s) respectivo(s) Item (s) deste Pregão será(ão) adjudicado(s) globalmente à licitante vencedora.



13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, nos termos do **Anexo II**, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Santa Albertina/SP.

14. DAS SANÇÕES

14.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa;

14.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) a ser informado pela licitante durante o credenciamento ou quando oportunamente solicitado pelo Pregoeiro;

14.3. A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) informado pela licitante durante o credenciamento ou quando oportunamente solicitado pelo Pregoeiro e confirmar o recebimento das mensagens provenientes da Prefeitura Municipal de Santa Albertina, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

15. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

15.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente por meio da plataforma eletrônica no site: <http://131.100.126.3:5657/comprasEdital>

16. DISPOSIÇÕES FINAIS



16.1. A autoridade competente poderá anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

16.1.1. Em caso de omissão ou contradição das cláusulas deste Edital com aquelas dispostas nos demais documentos, prevalecerá o que for mais vantajoso ao interesse público, conforme preceitua a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17. DOS ANEXOS

17.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

ANEXO VI – MODELO DE PROCURAÇÃO

ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Jales, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Edital, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Santa Albertina/SP, 11 de Abril de 2024.

Gerson Formigoni Junior
Prefeito de Santa Albertina-SP



ANEXO I - Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

UNIDADE SOLICITANTE: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de profissional (palestrante e Oficineiros) para trabalhar temas da Assistência Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV e PAIF em forma estimada de:

- 1- 24 horas de palestras pontuais, divididas em 02 (duas) horas cada em diferentes dias, de acordo com a necessidade do setor de Assistência Social. Os temas dão referentes à Assistência Social e as palestras terá como objetivo a prevenção, a informação, o fortalecimento de vínculo sociais e familiares.
- 2- Oficinas pontuais de completa de culinária para atividades Socioeducativas, encontros intergeracionais trabalhando a prevenção, fortalecimento de vínculos familiares e sociais com temas referentes à assistência social. **(conforme item 4 deste termo de referência.)**

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo é um serviço de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social- SUAS, ofertado de forma complementar ao trabalho social. O serviço realiza atendimentos em grupos, sendo, atividades artesanais, culturais, de lazer, esportiva, interação social, apoio as famílias, reflexões, entre outras, de acordo com a faixa etária de cada usuário da Assistência Social.

É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimulando e orientando os usuários na construção e reconstrução de suas histórias, fortalecimentos de vínculos, vivências individuais, coletivas e familiares.

O CRAS - Centro de Referência de Assistência Social é um setor público onde são oferecidos serviços, programas e benefícios com o objetivo de prevenir situações de risco e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. O PAIF também é um trabalho social voltado a Proteção e Atendimento Integral à Família que é desenvolvido pela equipe técnica do CRAS, Assistente Social e Psicóloga, por meio de atendimentos/ acompanhamentos, visitas domiciliares e atividades grupais.



As contratações tem como objetivo: Desenvolver atividades de capacitação, estimulando habilidades de acordo com cada faixa etária, incentivando a socialização, a convivência comunitária e o fortalecimento da relação familiar

Desenvolver atividades de capacitação, para melhorar a interação social e o ambiente familiar;

Oportunizar o acesso às informações sobre os direitos e deveres e a participação comunitária;

Estimular o desenvolvimento das habilidades e potencial dos usuários.

A contratação do Palestrante e Oficineiro é necessária para a execução das atividades grupais relacionadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e suas respectivas famílias (PAIF) o mesmo deve ter formação na área de ciência humanas e irá trabalhar em projetos sociais com indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e visa desenvolver atividades pertinentes de acordo com o público alvo estabelecido, trabalhando em conjunto na elaboração dos conteúdos com a equipe técnica responsável pelo Serviço de Proteção Social Básica.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação está de acordo com o PCA 2024.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As oficinas e palestras serão de formas pontuais, divididas em horas, dias, de acordo com o tema ou campanha a ser trabalhado no mês ou conforme a necessidade do setor.

O Público alvo das Palestras e Oficinas são: Famílias, usuários participantes do PAIF através do SCFV, na faixa etária de 0 a 06 anos, 6 a 15 anos, 15 a 17 anos, 30 a 59 anos, e acima de 60 anos, programas sociais e seus familiares e a Rede Socioassistencial do município, com um número de até 150 participantes.

Os temas das palestras são referentes às temáticas da assistência social, que será passado a empresa com antecedência de até 15 dias. Os temas são referentes à Assistência Social e as palestras terão como objetivo a prevenção, a informação, o fortalecimento de vínculos comunitários, sociais e familiares.

As palestras de caráter preventivo, informativo, trabalhando e estimulando o fortalecimento de vínculos comunitários, sociais e familiares deverão obedecer aos seguintes temas:

- Ciclos da vida; igualdade de gênero; diversidade e inclusão social; violência e violação de direitos; cultura e tradições; dependência química; comunicação e relacionamentos; cidadania;



direitos e deveres; prevenção a gravidez e prevenção a doenças sexualmente transmissíveis; família e vínculo de afetividade; combate ao trabalho infantil; proteção a pessoa idosa; combate a exploração e abuso sexual; combate as drogas; direitos e deveres das crianças e adolescentes ECA; violência contra mulher LEI Maria da Penha; combate a psicofobia; conscientização sobre o bullying; educação financeira; entre outros temas, podendo ser reunidos e um ou mais temas conforme a necessidade da Assistência Social.

O local das oficinas e palestras serão no Centro de referência da Assistência Social CRAS, escolas, centro comunitário, a empresa será avisada com antecedência sobre o local e número de participantes.

O Oficineiro deverá estar no local do evento com antecedência, **os ingredientes e embalagens para a confecção dos alimentos, utensílios e equipamentos serão de responsabilidade da empresa ganhadora, bem como a limpeza e organização do espaço.** Os ingredientes deverão ser de boa qualidade, respeitando as normas de higiene, data de validade prevista em legislação e as recomendações sanitárias. Os ingredientes serão verificados e inspecionados antes da realização das oficinas, caso os ingredientes não atenda os padrões de qualidade, validade e higiene os mesmos deverão ser substituídos.

O mês da realização da oficina e da palestra é previsto, pode haver alterações conforme a disponibilidade do setor.

A duração da palestra é de no mínimo 02 (duas) horas cada.

A duração da oficina é de no mínimo 04 (quatro) horas cada.

A quantidade de pessoas que participarão da oficina será avisada a empresa com até 10 dias de antecedência, para que a empresa possa comprar o material necessário à execução da mesma.

A quantidade de pessoas que está previsto para cada oficina é o abaixo, portanto o número de pessoas que realmente vão participar será avisado a empresa com até 10 dias de antecedência para que a mesma providencie os ingredientes:

0 a 06 anos, 06 a 15 anos, 15 a 17 anos é de até 110 pessoas. Que será paga com o RECURSO PAIF

30 a 59 anos é de até 30 pessoas. Que será paga com o RECURSO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PROGRAMAÇÃO



Acima de 60 anos é de até 60 pessoas. Que será paga com o RECURSO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA REPROGRAMAÇÃO

Na execução da oficina, caso necessite de um auxiliar para ajudar nos serviços, esse será de responsabilidade da empresa.

A quantidade de palestras previstas é de 12 palestras pelo período de 12 meses somando até 24 horas

0 a 06 anos, 06 a 15 anos, 15 a 17 anos - 08 horas (04 palestras). Que serão pagas com o RECURSO PAIF

30 a 59 anos - 08 horas (04 palestras). Que serão pagas com o RECURSO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PROGRAMAÇÃO

Acima de 60 anos - 08 horas (04 palestras). Que serão pagas com o RECURSO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA REPROGRAMAÇÃO

O Palestrante deverá ter escolaridade em nível superior e ter experiência comprovada.

A comprovação deverá ser feita após a solicitação da Secretaria de Assistência Social e em até 05 (cinco) dias anterior a realização da palestra e poderá ser feita através de atestados, certificados, publicações ou outro meio que comprove a experiência do palestrante.

O Palestrante deverá estar no dia e no local do evento com antecedência, **no caso de palestra, os materiais que serão usados, microfones, caixa de som, notebook, data show, serão de responsabilidade da empresa.** Os equipamentos usados serão verificados e inspecionados antes das realizações das palestras, caso os equipamentos não atendam os padrões de qualidade ex: (som e imagem nítida) estes deverão ser substituídos para que alcance os objetivos de uma palestra de qualidade.

Ambos, oficina e palestra serão realizadas para desenvolvimento e complemento do percurso trabalhado no mês, levando em conta os temas da assistência social. Visando Propiciar experiências favorecedoras da conscientização, desenvolvimento de sociabilidade e na prevenção de situações de risco social, enfatizando o Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

O serviço será realizado em grupos organizados por faixa etária e conforme a demanda. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de será por meio de grupos operativos. Serão realizadas pontualmente de forma presencial neste CRAS nos **horários matutino, vespertino ou noturno.**



Os materiais a serem utilizados serão conforme as atividades programadas pelo facilitador de acordo com sua área de atuação.

Para o acesso ao serviço serão considerados encaminhamentos da rede de proteção social básica do município, busca ativa e demanda espontânea.

Atuar como palestrante ou oficinairos no desenvolvimento de atividades socioeducativas e encontros intergeracionais, visando o estímulo e o desenvolvimento de ações de prevenções, de fortalecimento de vínculos das famílias (PAIF) atendidas no CRAS através dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nos grupos de convivência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nas faixas etárias de 0 a 6 anos, 6 a 15 anos, 15 a 17 anos, 30 a 59 anos e acima de 60 anos.

O Oficinairo e palestrante deverão apresentar atestado de capacidade técnica, confirmando que já trabalhou em algum departamento social com grupos do SCFV e PAIF

Algumas das palestras e atividades serão realizadas com o participante do grupo e membros de sua família visando o fortalecimento de vínculos e a prevenção de riscos.

A data da realização da oficina e da palestra será passada a empresa com até 20 dias de antecedência.

A quantidade de palestras previstas é de 12 palestras divididas em até duas horas cada.

As oficinas são quantidades estimadas, poderá ocorrer mudanças durante o período de 12 meses.

OFICINA SOCIOEDUCATIVA PONTUAL COMPLETA DE CULINÁRIA

PÃO DE MEL

Os ingredientes e embalagens a serem utilizados para a confecção dos alimentos, utensílios e equipamentos serão de responsabilidade da empresa ganhadora, bem como a limpeza e organização do espaço. Os ingredientes serão verificados e inspecionados antes da realização das oficinas, caso os ingredientes não atenda os padrões de qualidade, validade e higiene os mesmos deverão ser substituídos. Os pães de mel, depois de prontos deverão conter no mínimo 50 gramas cada, serão oferecidos 02 pães de mel para cada participantee deverão ser embalados para o transporte dos mesmos. Os ingredientes deverão ser de boa qualidade, respeitando as normas de higiene, data de



validade prevista em legislação e as recomendações sanitárias. O mês e horário para a execução da oficina será de acordo com a necessidade do setor. Público 0 a 17 anos; 30 a 59 anos e acima de 60 anos. A quantidade prevista é de até 200 participantes (dividida em 03 turmas com a quantidade mínima de 20 participantes por turma, conforme necessidade do município). Duração da oficina em cada turma deverá ser de no mínimo 04 horas

DOCES TÍPICOS DA CULTURA INTERIORANA BRASILEIRA PÉ DE MOÇA E DOCE DE ABÓBORA

Os ingredientes e embalagens para a confecção dos alimentos, utensílios e equipamentos serão de responsabilidade da empresa ganhadora, bem como a limpeza e organização do espaço. Os ingredientes serão verificados e inspecionados antes da realização das oficinas, caso os ingredientes não atenda os padrões de qualidade, validade e higiene os mesmos deverão ser substituídos. Os doces, depois de prontos deverão conter no mínimo 30 gramas cada, serão oferecidos 02 pés de moça e 02 doces de abóbora para cada participantee deverão ser embalados para o transporte dos mesmos. Os ingredientes deverão ser de boa qualidade, respeitando as normas de higiene, data de validade prevista em legislação e as recomendações sanitárias. O mês e horário para a execução da oficina será de acordo com a necessidade do setor. Público 0 a 17 anos; 30 a 59 anos e acima de 60 anos. A quantidade prevista é de até 200 participantes (dividida em 03 turmas com a quantidade mínima de 20 participantes por turma, conforme necessidade do município). Duração da oficina em cada turma deverá ser de no mínimo 04 horas.

SALGADOS: RISOLES E BOLINHA DE QUEIJO

Os ingredientes e embalagens para a confecção dos alimentos, utensílios e equipamentos serão de responsabilidade da empresa ganhadora, bem como a limpeza e organização do espaço. Os ingredientes serão verificados e inspecionados antes da realização das oficinas, caso os ingredientes não atenda os padrões de qualidade, validade e higiene os mesmos deverão ser substituídos. Os salgados, depois de prontos deverão conter no mínimo 30 gramas cada, serão oferecidos 02Rissoles e 02 Bolinha de queijo para cada participantee deverão ser embalados para o transporte dos mesmos. Os ingredientes deverão ser de boa qualidade, respeitando as normas de higiene, data de validade prevista em legislação e as recomendações sanitárias. O mês e horário para a execução da oficina será de acordo com a necessidade do setor. Público 0 a 17 anos; 30 a 59 anos e acima de 60 anos. A quantidade prevista é de até 200 participantes (dividida em 03 turmas com a quantidade mínima de 20



participantes por turma, conforme necessidade do município). Duração da oficina em cada turma deverá ser de no mínimo 04 horas.

BRIGADEIRO GOURMET

Os ingredientes e embalagens para a confecção dos alimentos, utensílios e equipamentos serão de responsabilidade da empresa ganhadora, bem como a limpeza e organização do espaço. Os ingredientes serão verificados e inspecionados antes da realização das oficinas, caso os ingredientes não atenda os padrões de qualidade, validade e higiene os mesmos deverão ser substituídos. Os brigadeiros, depois de prontos deverão conter no mínimo 25 gramas cada, serão oferecidos 04 brigadeiros para cada participante e deverão ser embalados para o transporte dos mesmos. Os ingredientes deverão ser de boa qualidade, respeitando as normas de higiene, data de validade prevista em legislação e as recomendações sanitárias. O mês e horário para a execução da oficina será de acordo com a necessidade do setor. Público 0 a 17 anos; 30 a 59 anos e acima de 60 anos. A quantidade prevista é de até 200 participantes (dividida em 03 turmas com a quantidade mínima de 20 participantes por turma, conforme necessidade do município). Duração da oficina em cada turma deverá ser de no mínimo 04 horas.

CHOCOTONE

Os ingredientes e embalagens para a confecção dos alimentos, utensílios e equipamentos serão de responsabilidade da empresa ganhadora, bem como a limpeza e organização do espaço. Os ingredientes serão verificados e inspecionados antes da realização das oficinas, caso os ingredientes não atenda os padrões de qualidade, validade e higiene os mesmos deverão ser substituídos. Os brigadeiros, depois de prontos deverão conter no mínimo 250 gramas cada, serão oferecidos 01 chocotone para cada participante e deverão ser embalados para o transporte dos mesmos. Os ingredientes deverão ser de boa qualidade, respeitando as normas de higiene, data de validade prevista em legislação e as recomendações sanitárias. O mês e horário para a execução da oficina será de acordo com a necessidade do setor. Público 0 a 17 anos; 30 a 59 anos e acima de 60 anos. A quantidade prevista é de até 200 participantes (dividida em 03 turmas com a quantidade mínima de 20 participantes por turma, conforme necessidade do município). Duração da oficina em cada turma deverá ser de no mínimo 04 horas.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES



Possivelmente as oficinas e as palestras serão uma por mês ou de acordo com a necessidade do setor

PALESTRAS:

24 horas de palestras com temas referentes a Assistência Social, divididas em 02 horas em dias e horários que correspondam a necessidade do CRAS de Santa Albertina.

Público	Quantidade estimada (Poderá haver mudanças)	Duração	Recurso
0 a 06 anos 06 a 15 anos 15 a 17 anos	08 HORAS (04 Palestras)	Mínimo de duas horas cada	PAIF
30 a 59 anos	08 HORAS (04 Palestras)	Mínimo de duas horas cada	P. S. B - programação
Acima de 60 anos	08 HORAS (04 Palestras)	Mínimo de duas horas cada	P. S. B - Reprogramação

OFICINAS:

Público	Quantidade estimada (poderá haver mudanças)	Duração	Recurso
0 a 06 anos 06 a 17 anos	05 Oficinas	Mínimo de quatro horas cada	PAIF
30 a 59 anos	05 oficinas	Mínimo de quatro horas cada	P. S. B - programação
Acima de 60 anos	05 oficinas	Mínimo de quatro horas cada	P. S. B - ReProgramação
OFICINA SOCIOEDUCATIVA COMPLETA DE CULINÁRIA			
PÃO DE MEL			



01 (uma) Oficina Socioeducativa completa de Culinária, confecção de Pão de Mel, para desenvolvimento e complemento do percurso: Diversidade e Inclusão Social, enfatizando o Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

PÚBLICO: 0 a 06 anos; 06 a 15 anos; 15 a 17 anos

QUANTIDADE ESTIMADA DE PARTICIPANTES: Até 110 pessoas

Recurso - PAIF

01 (uma) Oficina Socioeducativa completa de Culinária, confecção de Pão de Mel, para desenvolvimento e complemento do percurso: Diversidade e Inclusão Social, enfatizando o Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

PÚBLICO: 30 a 59 anos

QUANTIDADE ESTIMADA DE PARTICIPANTES: Até 30 pessoas

Recurso: Proteção Social Básica Programação

01 (uma) Oficina Socioeducativa completa de Culinária, confecção de Pão de Mel, para desenvolvimento e complemento do percurso: Diversidade e Inclusão Social, enfatizando o Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

PÚBLICO: Acima de 60 anos

QUANTIDADE ESTIMADA DE PARTICIPANTES: Até 60 pessoas

Recurso: Proteção Social Básica reprogramação

DOCES TÍPICOS DA CULTURA INTERIORANA BRASILEIRA – PÉ DE MOLEQUE E DOCE DE ABOBORA

01 (uma) Oficina Socioeducativa completa de culinária confecção de Doces Típicos da Cultura interiorana Brasileira para desenvolvimento e complemento do percurso: Cultura e Tradições, enfatizando o Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

PÚBLICO: 0 a 06 anos; 06 a 15 anos; 15 a 17 anos

QUANTIDADE ESTIMADA DE PARTICIPANTES: Até 110 pessoas

Recurso - PAIF

01 (uma) Oficina Socioeducativa completa de culinária confecção de Doces Típicos da Cultura interiorana Brasileira para desenvolvimento e complemento do percurso: Cultura e Tradições, enfatizando o Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

PÚBLICO: 30 a 59 anos



QUANTIDADE ESTIMADA DE PARTICIPANTES: Até 30 pessoas

Recurso: Proteção Social Básica Programação

01 (uma) Oficina Socioeducativa completa de culinária confecção de Doces Típicos da Cultura interiorana Brasileira para desenvolvimento e complemento do percurso: Cultura e Tradições, enfatizando o Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

PÚBLICO: Acima de 60 anos

QUANTIDADE ESTIMADA DE PARTICIPANTES: Até 60 pessoas

Recurso: Proteção Social Básica reprogramação

SALGADOS – RISOLES E BOLINHAS DE QUEIJO

01 (uma) Oficina Socioeducativa completa de culinária Salgados para desenvolvimento e complemento do percurso: Comunicação e relacionamentos, enfatizando o Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

PÚBLICO: 0 a 06 anos; 06 a 15 anos; 15 a 17 anos

QUANTIDADE ESTIMADA DE PARTICIPANTES: Até 110 pessoas

Recurso - PAIF

01 (uma) Oficina Socioeducativa completa de culinária Salgados para desenvolvimento e complemento do percurso: Comunicação e relacionamentos, enfatizando o Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

PÚBLICO: 30 a 59 anos

QUANTIDADE ESTIMADA DE PARTICIPANTES: Até 30 pessoas

Recurso: Proteção Social Básica Programação

01 (uma) Oficina Socioeducativa completa de culinária Salgados para desenvolvimento e complemento do percurso: Comunicação e relacionamentos, enfatizando o Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

PÚBLICO: Acima de 60 anos

QUANTIDADE ESTIMADA DE PARTICIPANTES: Até 60 pessoas

Recurso: Proteção Social Básica reprogramação

BRIGADEIRO GOURMET

01 (uma) Oficina Socioeducativa completa de culinária com Brigadeiro Gourmet para desenvolvimento e complemento do percurso: Preconceito, estigma e Bullying, enfatizando o



Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

PÚBLICO: 0 a 06 anos; 06 a 15 anos; 15 a 17 anos

QUANTIDADE ESTIMADA DE PARTICIPANTES: Até 110 pessoas

Recurso - PAIF

01 (uma) Oficina Socioeducativa completa de culinária com Brigadeiro Gourmet para desenvolvimento e complemento do percurso: Preconceito, estigma e Bullying, enfatizando o Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

PÚBLICO: 30 a 59 anos

QUANTIDADE ESTIMADA DE PARTICIPANTES: Até 30 pessoas

Recurso: Proteção Social Básica Programação

01 (uma) Oficina Socioeducativa completa de culinária com Brigadeiro Gourmet para desenvolvimento e complemento do percurso: Preconceito, estigma e Bullying, enfatizando o Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

PÚBLICO: Acima de 60 anos

QUANTIDADE ESTIMADA DE PARTICIPANTES: Até 60 pessoas

Recurso: Proteção Social Básica reprogramação

CHOCOTONE

01 (uma) Oficina Socioeducativa completa de culinária de chocotone para desenvolvimento e complemento do percurso: Família e Vínculos de Afetividade, enfatizando o Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

PÚBLICO: 0 a 06 anos; 06 a 15 anos; 15 a 17 anos

QUANTIDADE ESTIMADA DE PARTICIPANTES: Até 110 pessoas

Recurso - PAIF

01 (uma) Oficina Socioeducativa completa de culinária de chocotone para desenvolvimento e complemento do percurso: Família e Vínculos de Afetividade, enfatizando o Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

PÚBLICO: 30 a 59 anos

QUANTIDADE ESTIMADA DE PARTICIPANTES: Até 30 pessoas

Recurso: Proteção Social Básica Programação



01 (uma) Oficina Socioeducativa completa de culinária de chocotone para desenvolvimento e complemento do percurso: Família e Vínculos de Afetividade, enfatizando o Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

PÚBLICO: Acima de 60 anos

QUANTIDADE ESTIMADA DE PARTICIPANTES: Até 60 pessoas

Recurso: Proteção Social Básica reprogramação

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

6.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 89.840,00 (Oitenta e Nove Mil Oitocentos e Quarenta Reais).

7. SELEÇÃO DE AMOSTRA

Não se aplica.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da contratante:

8.1.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.2. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.4. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.5. A empresa deverá juntamente com a nota fiscal da referida prestação de serviços juntar o comprovante da GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e informações à Previdência Social), RE, Comprovante de Pagamento do FGTS e Comprovante de Pagamento do Darf Previdenciário mensal.

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não haverá subcontratação.

11. FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O serviço será realizado com grupos organizados por faixa etária e conforme a demanda, a faixa etária que o profissional desenvolverá o serviço é: 0 a 6 anos, 06 a 15 anos, 15 a 17 anos, 18 a 29 anos, 30 a 59 anos, acima de 60 anos. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do Serviço de Convivência será por meio de grupos operativos. Os materiais a serem utilizados serão conforme as atividades programadas pelo/a técnico/a de referência do serviço junto ao orientador. O profissional deverá ter disponibilidade para trabalhar com uma carga horária média de 40 horas semanais, sendo que 14 horas para execução de relatórios e atividades extras com o grupo, às 40 horas serão executadas no Centro de Referência de Assistência Social de Santa Albertina, pelo período de 12 (doze meses), podendo ser prorrogado. O horário será de Segunda a Sexta das 8h00 às 16h00.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO



12.1. Será designado representante da Administração para acompanhar e fiscalizar o serviço.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos ao gestor do contrato para as providências cabíveis.

12.4. O acompanhamento e a fiscalização da entrega do objeto em questão ficarão sob a responsabilidade do fiscal e gestor do contrato.

13. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.1.1. A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF do vencedor da licitação e atestada pelo fiscal do contrato.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará



sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, exceto quanto à parte incontroversa, que será devidamente adimplida.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Constatando-se alguma irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

13.9.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.10.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



13.11. Os pagamentos pela prestação de serviços, objeto desta licitação, será efetuado até o 30º (trigésimo) dia de cada mês, subsequente a prestação dos serviços, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços, sem erros ,para empenho na Secretaria Municipal de Fazenda, juntamente com a GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e informações à Previdência Social), RE, Comprovante de Pagamento do FGTS e Comprovante de Pagamento do Darf Previdenciário mensal.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrava nos termos do art. 155 da Lei nº 14,133, de 2021, conforme Edital e Minuta de Contrato:

16. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

02 – EXECUTIVO

02 28 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02 28 10 – SETOR ORGÃO GESTOR/CRAS/FMAS

08 244 0002 2024 0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSIST. SOCIAL

3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

FICHAS: 472, 474.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Pregão Eletrônico



ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2.024

PROCESSO Nº. 023/2.024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2.024

CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº...../2.024, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
SANTA ALBERTINA-SP E A
EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.

A **Prefeitura Municipal de Santa Albertina**, com sede na Rua Armindo Pilhalarimi nº1121 - Centro, na cidade de Santa Albertina/Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 45.135.530/0001-85, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, sediado(a) na Rua/Avenida xxxxxxxxxxxx, nº xxxx, na cidade de xxxxxxxx doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada por xxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 023/2.024** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Lei Municipal 1355 de 25 de janeiro de 2.024 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 006/2.024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de profissional (palestrante e Oficineiros) para trabalhar temas da Assistência Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV e PAIF, conforme as necessidades e demandas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital de Licitação

1.3.2. A Proposta do Contratado; e

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. **O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 e podendo ser prorrogado na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133 de 2.021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (Art. 92, IV, VII e XVII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, observação o que constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxx) conforme tabela em anexo:**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

CLÁUSULA SETIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (Art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Executar no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre a não execução do objeto;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a prestação dos serviços do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;



7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (Art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do objeto contratado.

8.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante



ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (Art. 92, XII)

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV, da Lei nº 14.133/2021).

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I – Advertência: quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II – Impedimento de licitar e contratar: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b” a “g”, do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h” a “l”, do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b” a “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV – Multa: quando for aplicada qualquer das condutas descritas nas alíneas “a” a “l”, do subitem acima deste Contrato, concomitantemente às demais sanções, nas seguintes proporções:



- a)** Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trigésimo) dias;
- b)** Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- c)** Multa de 5% a 25% do valor do Contrato para as infrações descritas nas alíneas “h” a “l” do subitem 10.1;
- d)** Multa de 10% a 30% do valor do Contrato para a inexecução total do Contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1;
- e)** Multa de 10% a 25% do valor do Contrato para a infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1;
- f)** Multa de 0,5% a 10% do valor do Contrato para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1;
- g)** Multa de 0,5% a 20% do valor do Contrato para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1.

10.3. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de



impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133/2021).

10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL (Art. 92, XIX)

11.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

11.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

02 – EXECUTIVO

02 28 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02 28 10 – SETOR ORGÃO GESTOR/CRAS/FMAS

08 244 0002 2024 0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSIST. SOCIAL

3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

FICHAS: 472, 474.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (Art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;



14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato;

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (Art. 92, §1º)

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Jales para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Santa Albertina/SP, xx de xxxxxxxxxxxxxx de 2.024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA/SP.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Gestor do Contrato

Fiscal do Contrato

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXOIII – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À

PREFEITURADO MUNICÍPIO DE SANTA ALBERTINA-SP.

Pregão Eletrônico nº 006/2.024

Ao

Senhor Pregoeiro e sua Equipe de Apoio

Prezado Pregoeiro:

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social da proponente), interessada em participar do **Pregão Eletrônico nº 006/2.024 Processo nº 023/2.024**, promovido pela Prefeitura do Município de Santa Albertina, **DECLARO** sob as penas da Lei Federal nº 14.133/21:

- 1- Que conhecemos e aceitamos todas as condições constantes do Edital de abertura, bem como, de seus Anexos e que, assim sendo, **atendemos plenamente a todos os requisitos necessários à participação e habilitação nomesmo;**
- 2 - Que inexistente **fato impeditivo** para a Empresa licitar e/ou contratar com a Administração Pública Direta, Indireta ou Autárquica;
- 3 - Que comprometemos a comunicar esta Municipalidade a ocorrência de qualquer **fato superveniente impeditivo à habilitação;**
- 4 - Que a Empresa acima mencionada encontra-se em situação **regular perante o Ministério do Trabalho**, nos termos do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.
- 5 - Que não Emprega menor de **18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21**
- 6- Que a Empresa não possui **sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21**, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.
- 7 - Que a Empresa **Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na**



CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

8 - Que a Empresa **Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.**

9 - O responsável da empresa pela execução do objeto do contrato será o Sr....., e o preposto que representará durante a execução dos trabalhos será o Sr.(a)

Santa Albertina, em xx de xxxx de 2.024.

(Assinatura)

(Nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Esta Declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



ANEXO IV – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2.024

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

....., (nome da empresa) com sede na
....., (endereço) inscrita no CNPJ sob o nº
....., através de seu representante legal infra-assinado, com
fundamento no artigo 3º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 123, de 15 de
dezembro de 2006, **DECLARA** sob as penas da lei, que é:

Microempresa ou Empresa de pequeno porte e não haver nenhum dos
impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº
123/2006.

Em de de 20__.

.....
(assinatura do responsável pela proposta e carimbo da empresa)



ANEXO V - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Albertina

CNPJ: 45.135.530/0001-85

CONTRATADA:

CNPJ:

CONTRATO N° (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Santa Albertina/SP, xx de xxxxxxx de 2024.

RESPONSÁVEL:

Nome: Gerson Formigoni Junior

Cargo: Prefeito Municipal

E-mail institucional: administração@santaalbertina.sp.gov.br

E-mail pessoal:

Assinatura: _____



ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO

MODELO REFERENCIAL DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

A(nomedapessoajurídica), CNPJ nº -----, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, nomeia e constitui seu bastante procurador o(a) Sr.(a) -----, portador da cédula de identidade RG nº -----, expedida pela -----, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do Processo nº 023/2.024 - Pregão Eletrônico nº 006/2.024, em especial para formular lances verbais, interpor recursos e/ou deles desistir, negociar e efetuar as providências necessárias para que a outorgante mantenha-se satisfatoriamente neste procedimento.

Santa Albertina, em xx de xxxx de 2.024.

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal (is) e/ou procurador (es) devidamente habilitado(s).



ANEXO VII

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO Nº. 023/2.024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2.024

DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL					
ENDEREÇO				BAIRRO	
CIDADE		ESTADO		CEP	
CNPJ		I.E		TEL/FAX	

1- DO OBJETO:

Prestação de Serviços de profissional (palestrante e Oficineiros) para trabalhar temas da Assistência Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV e PAIF, em conformidade com as características e quantidades especificadas no Termo de Referência (Anexo I).

Item	Descrição do Serviço	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
					Total da Proposta:	

DECLARAÇÕES:

Declaro que o prazo de eficácia desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Declaro, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no edital e seus anexos.

Declaro que os preços acima indicados, contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros tributos, encargos sociais, despesas administrativas e lucro.

Data: _____

Assinatura do representante legal da licitante
CPF/ RG